

XVI ENANPUR – Belo Horizonte, 2015

ADENSAMENTO DA COMUTAÇÃO NO ARRANJO URBANO-REGIONAL LESTE CATARINENSE

Marley Vanice Deschamps
Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles;
Bolsista CNPq - Pós Doutorado Geografia UFPR
mvdeschamps@hotmail.com

Rosa Moura
Bolsista IPEA – PNPD; Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles
rmoura.pr@gmail.com

Claudia Siebert
Professora Aposentada da FURB - Universidade Regional de Blumenau;
Pesquisadora do NEUR - Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais
csiebert.arq@gmail.com

A CONFIGURAÇÃO DE ARRANJOS ESPACIAIS

No processo de metropolização, as configurações espaciais sempre estiveram associadas ao modo de produção e acumulação do capital. O desenho de expansão centro-periferia, que orientou a metropolização induzida pela indústria, cede lugar, na virada para o século XXI, a processos mais complexos e a formas urbanas mais diversificadas. Transformam-se as estruturas econômicas, sociais, trabalhistas, institucionais e territoriais, a partir de uma verdadeira mutação de usos e costumes, associada à transição do regime de acumulação para uma nova fase. A incorporação de inovações altera tanto os produtos como a produção em si, as formas de organização das empresas, as relações de produção e os fatores de localização, fazendo crescer o peso do capital intangível em relação ao fixo, dos fluxos em relação aos fixos, antes dominantes (De Mattos, 2014; Lencioni, 2006; Santos, 1999).

Para Lencioni (2011), as características principais que sintetizam o que chama de “metamorfose” da metropolização do espaço referem-se a que as metrôpoles e suas aglomerações passam a conformar regiões de grande escala territorial, com limites extremamente dinâmicos e difusos, que expressam ao mesmo tempo uma nítida e intensa

fragmentação territorial e uma transparente segregação social. Redefinem-se as hierarquias e a rede de relações entre cidades, enquanto emerge um expressivo número de cidades conurbadas com polinucleação intensa e múltipla rede de fluxos, e se intensifica a comutação entre algumas cidades da região, consagrando uma expressiva estrutura regional em rede. A percepção desse processo se traduz em uma pluralidade de denominações alusivas à aglomeração metropolitana ou à configuração mais expressiva dessa fase da metropolização, os arranjos espaciais – considerados as novas formas e os novos conteúdos da cidade e da aglomeração, nos processos de reconfiguração territorial (De Mattos, 2014). Entre correspondências que se encontram no debate internacional e nacional, destacam-se as noções de megacidades, hipercidades, megalópoles, cidade-região, megarregião, metápoles, macrometrópole, pós-metrópole ou exópole, entre outras. Lencioni (2011) destaca o fato de que todas, de alguma forma, incorporam os vocábulos “cidade” ou “polis”, reafirmando na metrópole em transição esses sentidos, descartando, portanto, ideias relativas ao sentido de anti-cidade. Brenner (2013, p.16) acrescenta: *“Of course, there have been many terms on offer for labeling the city-like unit in question — metropolis, conurbation, city-region, metropolitan area, megalopolis, megapolitan zone, and so forth — and these appropriately reflect the changing boundaries, morphologies and scales of human settlement patterns.”*

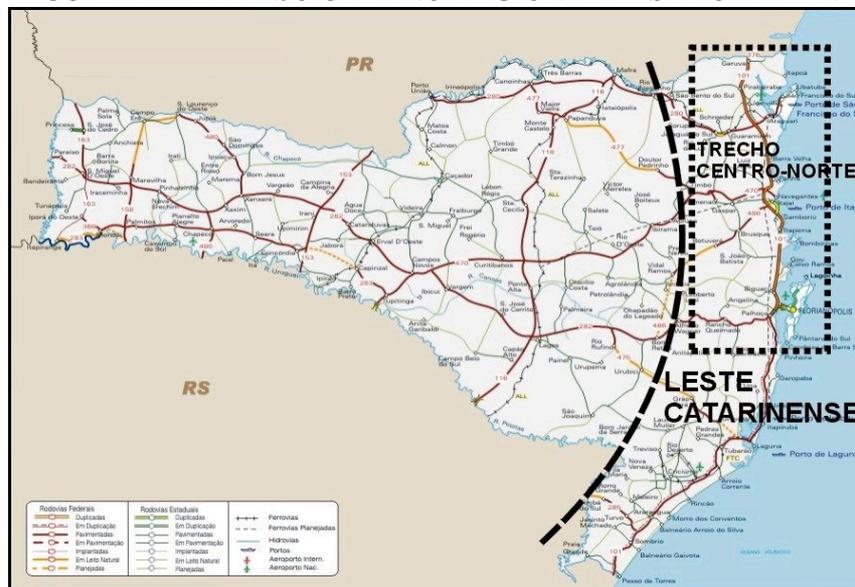
De fato, transformações expressivas provocadas pela metropolização contemporânea na configuração espacial fizeram a as aglomerações metropolitanas expandirem-se para longe dos limites do núcleo aglomerado original. Características metropolitanas permeiam espaços cada vez mais extensos e dispersos no território nacional, em morfologias contínuas ou descontínuas que marcam tal metamorfose, compondo arranjos espaciais, que também expandem física, econômica e funcionalmente sua área territorial em espacialidades que expressam um “sentido de conjunto e de unidade”, conforme Lencioni (2006, p.73), porém com uma superposição de escalas de decisões.

Moura e Lira (2011) identificaram um conjunto de arranjos espaciais em território brasileiro, no qual permanecem subjacentes elementos de conceitos internacionais, com forte hibridização da condição urbana, na qual a convergência das relações verticais/horizontais, a confluência das relações em rede, as múltiplas escalas e os muitos sujeitos atuantes fazem com que a presença funcional do arranjo configurado extrapole a dimensão de cidade ou de aglomeração e, sem prescindir dela, incorpore a dimensão regional, o que torna sua natureza complexa e peculiar. Essa nova condição, urbano-regional, evoca a reflexão acerca do

desenvolvimento regional e da própria região, categoria que perdeu a centralidade necessária no debate acadêmico e nas práticas públicas. Para Geiger (2001, p.1754), a ressurgência da questão regional leva a pensar a região geográfica e politicamente, "sua construção e reconstrução, no tempo e no espaço", associando a escala local à escala global. Nesta lógica territorial, os lugares participam, simultaneamente, de várias escalas de organização espacial, transcendendo os laços de proximidade espacial (Dias, 2004).

O Leste Catarinense, um dos arranjos identificados e objeto de análise deste trabalho (figura 1) distingue-se pela peculiaridade de não se constituir a partir da expansão de uma metrópole principal, mas por articular aglomerações e centros que estreitam relações entre si e dividem funções especializadas. A unidade espacial configurada, descontínua e com limites moveis, expressa uma extensa região urbanizada, polarizada por uma rede de capitais regionais e centros sub-regionais, fortemente interconectada por fluxos diversos e multidirecionais. Sua paisagem passa por um processo de completa transformação, permeando elementos urbanos em uma vasta e contínua extensão do território catarinense (Favaretto, 2012).

FIGURA 1 – ARRANJO URBANO-REGIONAL LESTE CATARINENSE



FONTE: DNIT

Adaptado pelas autoras.

Neste artigo, contextualiza-se o Leste Catarinense nas dinâmicas territoriais da população que singularizam Santa Catarina, a partir da análise da distribuição e do crescimento populacional nos últimos intervalos censitários, assim como da concentração e

distribuição regional das principais atividades econômicas e do emprego formal nas últimas décadas, e das instituições de ensino superior. Como um dos principais elementos de articulação do Leste Catarinense, enquanto arranjo espacial, os movimentos pendulares da população para trabalho e/ou estudo, em 2000 e 2010, são analisados no âmbito dos fluxos e do perfil das pessoas envolvidas, com destaque à renda, instrução e ocupação. Introduz essa análise empírica uma breve discussão teórica sobre a tendência de configuração de arranjos espaciais e da expansão da ocupação ao longo de eixos viários.

DINÂMICAS TERRITORIAIS DA POPULAÇÃO

Santa Catarina vem registrando notável desempenho populacional seja pelas taxas de crescimento superiores a do país seja pelos saldos migratórios positivos nas décadas recentes. Mesmo assim, não deixa de reproduzir a tendência nacional de queda no ritmo de crescimento populacional, em paralelo a um elevado crescimento do grau de urbanização e dos movimentos pendulares da população.

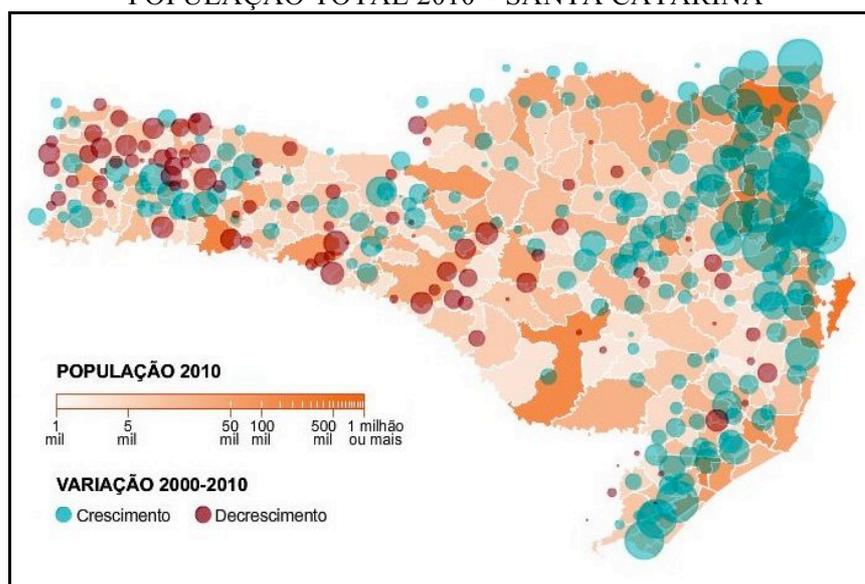
Nas últimas décadas, as mesorregiões Oeste Catarinense e Serrana foram as que apresentaram maior perda populacional, enquanto as mesorregiões Grande Florianópolis, Vale do Itajaí e Norte Catarinense foram aquelas que receberam grande parte dessa evasão (Miotto, 2009). Mudanças na base produtiva, com maior impacto nas regiões evasoras, e a atratividade crescente das receptoras explicam o processo. As mesorregiões Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Norte Catarinense configuram-se como as principais receptoras de população, com fatores de atração ligados à dinâmica industrial e dos serviços. Todo o espaço ao longo de suas centralidades, acionado pela BR 101 e algumas vias transversais, revela uma dinâmica de intensa concentração, adensamento e crescimento nas últimas décadas.

Num extremo, 98 municípios do Estado, ou 33,4% do total, perderam população entre 2000 e 2010 (figura 2). Esse número é o mesmo do período 1991-2000, mas apenas 48 municípios perderam população nos dois intervalos. Outros 104 municípios (35,5%) apresentaram taxas de crescimento populacional abaixo da média brasileira (entre 0 e 1,17% a.a.), no período 2000/2010, indicando crescimento abaixo do vegetativo, ou natural, o que também os qualifica como municípios evasores de população.

No outro extremo, 91 municípios apresentaram taxas de crescimento acima da média brasileira e destes, 68 cresceram acima da média catarinense (1,55% a.a.), dos quais apenas 15 não pertenciam ao Leste Catarinense. Destacam-se 21 municípios que apresentaram

taxa de crescimento anual superior ao dobro da média do Estado, a grande maioria localizada na faixa atlântica, com função de balneário e muitos também com atividades econômicas importantes. Itapoá, com atividade portuária, e Navegantes, portuária/aeroportuária, cresceram a taxas superiores às médias do Estado nos dois períodos, assim como, Schroeder, Balneário Camboriú, Camboriú e Itapema.

FIGURA 2 – TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL 2000-2010 E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL 2010 – SANTA CATARINA



FONTE: IBGE – Censos Demográficos

Extraído de: www1.folha.uol.com.br/cotidiano/censo_2010-populacao.shtml

Adaptado pelas autoras

Os municípios de Santa Catarina com os maiores volumes de população em 2010 localizam-se no Leste Catarinense,¹ particularmente ao longo da BR 101. Sobressaem-se Joinville, o mais populoso (515.288 habitantes), Florianópolis (421.240), conurbado com São José (209.804), e Blumenau (309.011). Com população entre 100 mil e 200 mil habitantes, há oito municípios, seis dos quais na região; outros 15, entre 50 mil e 100 mil habitantes, dos quais 11 na região. A considerar todos os municípios das Regiões Metropolitanas (RMs) do Leste Catarinense, o conjunto reunia 67,8% da população do Estado (ver figura 2).

Em 2010, $\frac{1}{4}$ da população catarinense se encontrava concentrada em apenas 13 municípios. Em geral, as ACPs são as aglomerações urbanas mais densas, concentradoras,

¹ Para efeitos da análise desta seção, considera-se o conjunto dos 110 municípios que integram as Regiões Metropolitanas situadas ao longo da BR 101 e transversais (RMs do Norte/Nordeste Catarinense, Foz do Itajaí, Vale do Itajaí, Florianópolis, Tubarão e Carbonífera).

contínuas e em forte comutação. Entretanto, as de Santa Catarina, cada uma com valores relativos inferiores a 15% do total da população, mostram que neste Estado há uma distribuição populacional mais distribuída no território, fruto de um ordenamento territorial diferenciado, configurado por uma ampla rede policêntrica de cidades de porte médio. A própria hierarquia urbana confirma esse diferencial, dado que nenhum município catarinense se classificou como metrópole na escala do REGIC 2007 (IBGE, 2008), sendo Florianópolis uma Capital Regional A, Blumenau, Chapecó e Joinville, Capitais Regionais B, e Criciúma, Capital Regional C. Essas centralidades complementam suas redes com mais 14 Centros Sub-regionais e 28 Centros de Zona pelo território catarinense.

O Leste Catarinense coloca-se, pois, como a área de maior densidade de ocupação no Estado, acompanhando as margens das rodovias, particularmente da BR 101. Sua ocupação teve início, historicamente, a partir do litoral, e se acentuou com a inserção do Estado na economia global, que reforçou, em termos logísticos, as vantagens locais das áreas portuárias (SEABRA; BEZ; BORNSCHEIN, 2011, p.199). A litoralização do desenvolvimento de Santa Catarina envolve não só a população, mas também a atividade econômica.

DISTRIBUIÇÃO E REGIONALIZAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA E MERCADO DE TRABALHO

Santa Catarina participou, em 2011, com 25,15% do Produto Interno Bruto (PIB) total da Região Sul e 4,08% do PIB do Brasil, mantendo-se em estabilidade desde 2008. Internamente ao Estado, a distribuição do PIB se concentra em núcleos que refletem uma regionalização produtiva, com peso para a porção Leste Catarinense.

Apenas 17 municípios participavam com mais de 1% do PIB total do Estado em 2011, agregando conjuntamente 60,5% desse PIB. Exceto Lages (com 1,78%), todos os demais municípios localizam-se no Leste Catarinense. As maiores participações couberam a Joinville (11,12%), Itajaí (11%), Florianópolis (6,76%) e Blumenau (6,03%). Ao se considerar ACPs, a de Joinville participava com 16,56% do PIB total de 2011, e a de Florianópolis, com 12,65%, o que demonstra que ambas configuram aglomerações de significativa presença na geração da renda do Estado. No conjunto as duas ACPs reúnem 25,8% da população total e 28,2% da renda gerada.

Também em relação aos valores do ICMS repassados aos municípios em 2011, tem-se que dos dez municípios em melhor posição no *ranking* do retorno do ICMS, apenas

dois (Chapecó e Lages) não estão no Leste Catarinense. Tem-se ainda que Florianópolis, capital do Estado, não é a principal receptora dos repasses, ocupa a quinta posição (3,69%). No caso da arrecadação do ICMS para 2012, novamente tem-se oito dos dez maiores arrecadadores no Estado situados no Leste Catarinense, neste caso, Florianópolis destaca-se com 17,75% da arrecadação.

Joinville, Itajaí, Blumenau, Brusque e Jaraguá do Sul receberam mais de 1/4 dos valores de ICMS repassados no Estado em 2011, e foram responsáveis por mais de 1/3 do arrecadado em 2012, juntando-se a eles São Francisco do Sul. Estes municípios no nordeste catarinense situam-se muito próximos, distantes entre 60 km a 100 km, o que possibilita deslocamentos diários entre si para trabalho e estudo. O mesmo vale para os municípios conurbados a Florianópolis, como São José e Palhoça, o que torna o fluxo de pessoas bastante intenso nessas áreas.

A estrutura produtiva de Santa Catarina se apoia em setores econômicos diferenciados regionalmente (Siebert, 2006, 2011). As regiões mais industrializadas localizam-se no arco que interliga as ACPs de Joinville, de Florianópolis e Blumenau, que apresentam grande diversidade industrial. De estudos do início dos anos 1990 (Santa Catarina, 1990) a estudos mais recentes (Fiesc, 2008), a especialização funcional e produtiva do Estado vem mantendo a localização dos eixos especializados, mas também ampliando e diversificando estes eixos.

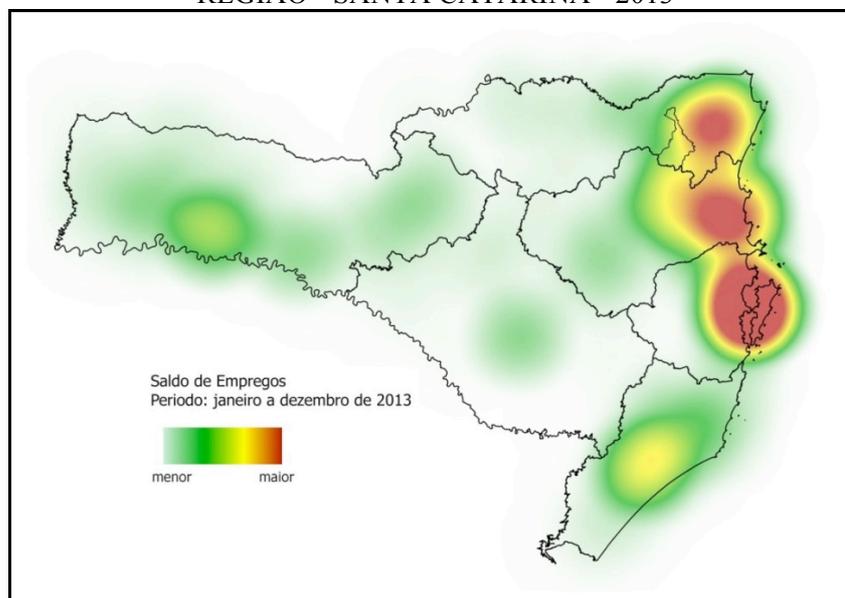
Nos anos 2010, os eixos representativos das diversas regiões do Estado são: alimentar-bebidas (Oeste), cerâmico (Sul), têxtil e vestuário (Vale do Itajaí), eletro-metal-mecânico (Nordeste), mobiliário (Planalto Norte), madeira/papel/celulose (Planalto Serrano), plásticos e cerâmica (Sul), tecnologia-informática (Grande Florianópolis) e naval, na região de Itajaí.

Embora com desempenho positivo na comparação com 2009, as atividades industriais de Santa Catarina ainda não se restabeleceram completamente em relação ao período pré-crise, situação revelada por 40% das indústrias consultadas pela Fiesc (2011). Mesmo assim, os segmentos metalurgia básica, celulose e papel, alimentos e bebidas, e máquinas, aparelhos e materiais elétricos acenaram com novos investimentos em 2011. Tanto o desempenho do último ano analisado quanto as perspectivas de investimentos apontam para um reforço da atividade na porção Leste Catarinense.

Reflexo desse desempenho se encontra no comportamento do mercado de trabalho. Em 2013, Santa Catarina gerou um saldo positivo de 76.768 postos de trabalho – 13 mil a mais que no ano anterior, o que representa uma variação positiva de 20,4%. Dos 295 municípios catarinenses existentes em 2013,² 294 tiveram movimentações de admissões e demissões no ano. Destes, 253 geraram 79.641 novos postos de trabalho, cinco não sofreram variação e 36 municípios, juntos, perderam 2.879 vagas gerando um saldo positivo para o Estado de 76.762, correspondendo a 7% do total gerado no Brasil (Instituto Jourdan, 2014).

Observa-se que 14 municípios catarinenses responderam por mais da metade das vagas geradas (53%): Florianópolis (7.601 vagas), Joinville (6.491 vagas) e São José (5.433 vagas) foram os que mais criaram postos de trabalho. Juntos, responderam por 24,5% do saldo de emprego do Estado em 2013. Outra observação quanto à variação de admissões de demissões, de 2013, é que os saldos positivos foram mais representativos em regiões específicas, como a litorânea ao norte do Estado, integrante do Leste Catarinense, que incorporou a maior quantidade de vagas (Instituto Jourdan, 2014) – figura 3.

FIGURA 3 - MAPA TERMAL DO SALDO POSITIVO ENTRE ADMISSÕES E DEMISSÕES, POR REGIÃO - SANTA CATARINA - 2013



FONTE: CAGED (2013)

Elaboração: Instituto Jourdan (2014, p.13).

² Em 2013 foram criados, em Santa Catarina, os municípios: Balneário Rincão, desmembrado de Içara (Lei 12.668/2003), e Pescaria Brava, desmembrado de Laguna (Lei 12.690/2003).

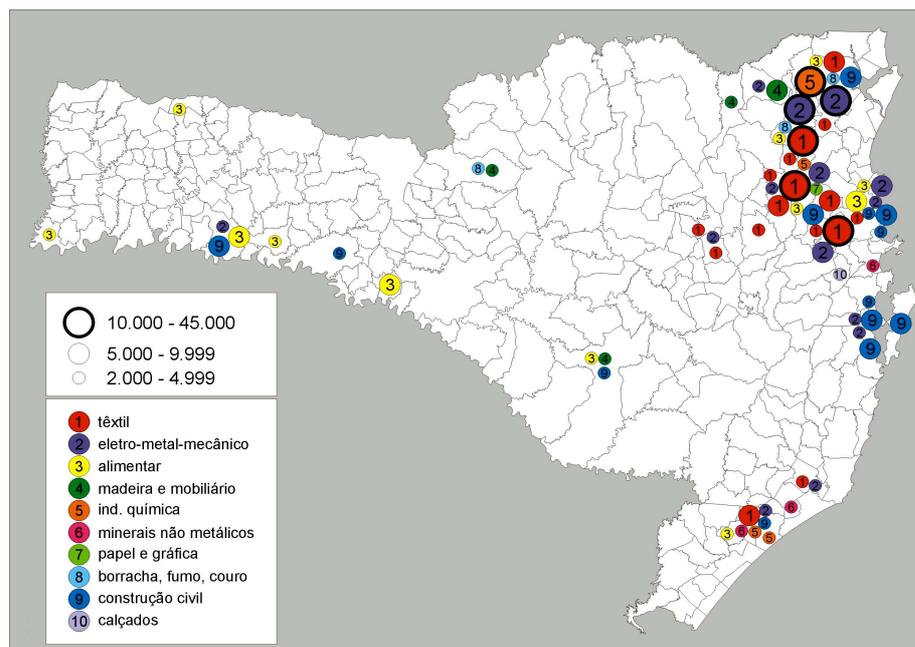
Em 2006, o setor secundário era o maior empregador de Santa Catarina, com 64% dos empregos formais, sendo superado pelo setor terciário, em 2012, que respondeu por 61,5% dos empregos. Nesse ano, o secundário respondeu por 36,1% dos empregos, indicando um processo tanto de reestruturação da atividade como de uma “desindustrialização relativa”, situação na qual ocorre crescimento industrial, mas com perda de participação no total do emprego ou da produção (Fiesc, 2012).

Dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2012, referentes ao número de empregos por setor econômico em Santa Catarina, demonstram a concentração dos empregos na porção norte do Leste Catarinense, entre as aglomerações de Florianópolis e de Joinville, o que corresponde ao trecho duplicado da BR 101, assim como em municípios de suas vias transversais.

No período 2006 a 2012, houve uma concentração dos empregos nas maiores cidades. Enquanto o emprego no setor primário distribuiu-se entre municípios do interior do Estado, no setor terciário, Florianópolis, maior empregador catarinense, aumentou sua participação de 13,7% dos empregos, em 2006, para 19,3% em 2012; Joinville elevou de 5,1% para 8,5% no mesmo período. No setor secundário, Joinville, que era responsável por 3,8% dos empregos industriais do Estado em 2006, elevou essa participação para 11,1% em 2012. Blumenau, no período, aumentou sua participação de 2,7% para 7,4%; Jaraguá do Sul também passou sua participação de 3,0% para 4,8%.

A partir dos dados da RAIS, observa-se que a distribuição espacial dos empregos do setor industrial, com destaque aos municípios com mais de 2.000 empregos na indústria, adensa-se no arco que interliga Joinville a Blumenau e Florianópolis (figura 4). Mas o sul catarinense também apresenta um *cluster* significativo de empresas.

FIGURA 4 - EMPREGOS POR SETOR INDUSTRIAL - SANTA CATARINA – 2012



FONTE: MTE/RAIS

Joinville é o município que mais concentra empregos industriais: 43,9 mil no setor eletro-metal-mecânico; 13 mil na indústria química; 9,1 mil no setor têxtil; 8,4 mil na construção civil; 2,5 mil no setor de fumo; e 2,3 mil no setor alimentar. No restante do Estado, os empregos industriais estão presentes de forma mais difusa e rarefeita.

A especialização produtiva parece estar evoluindo para uma maior diversificação das atividades nas diversas regiões. Em 2012, os setores industriais que mais empregavam em Santa Catarina foram o têxtil (166,8 mil empregos), com destaque para os municípios de Blumenau, Brusque e Jaraguá do Sul, e o eletro-metal-mecânico (162,3 mil), destacando-se Joinville, Jaraguá do Sul e Blumenau como os maiores empregadores.

O expressivo crescimento do emprego no Leste Catarinense associa-se ao grande crescimento populacional das regiões litorâneas do Estado, às novas atividades dessas regiões, como é o caso dos setores de informática e educacional, e induz crescente formalização do emprego nas empresas.

Algumas empresas destacam-se por sua contribuição ao crescimento acelerado da região, em especial no trecho norte, beneficiado pela duplicação da Rodovia BR 101. Entre elas está a configuração de um novo polo automotivo na aglomeração de Joinville, que já tem em operação a General Motors do Brasil uma unidade da BMW, em Araquari.

O desempenho do Leste Catarinense deve-se, por um lado, à presença de uma forte estrutura portuária, por onde escoam grande parte da produção: portos de Itajaí, São

Francisco do Sul, Imbituba, Navegantes e Itapoá, além do sistema viário e aeroportuário que privilegiam a região do ponto de vista estratégico.

Por outro lado, o Estado, e particularmente a região, possuem mão de obra bastante capacitada e qualificada infraestrutura técnico-científica. Além da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e das universidades do sistema ACAFE (Associação Catarinense das Fundações Educacionais), o Estado conta com a rede de Institutos Federais (IFSC), já com 9 *campus* instalados na porção norte do Leste Catarinense.

Essa rede técnico-científica e a oferta descentralizada de serviços garantem o conhecimento, fundamental para a inovação na atividade econômica. Além disso, mostram que, além da atividade econômica, a educação também é um forte motivador dos movimentos pendulares, favorecidos ainda pela melhoria da infraestrutura de transporte no Estado.

MOBILIDADE PENDULAR PARA TRABALHO E/OU ESTUDO

A considerar o período entre 1980 e 2010, mudanças significativas ocorreram no espaço catarinense, com destaque a uma intensa e descontrolada urbanização, particularmente na porção litorânea do Estado, concomitante ao enfraquecimento da pequena produção agrícola de base familiar, e êxodo rural (Cerdan e Popicarmo, 2013). A concentração de pessoas, serviços e atividades econômicas na porção Leste Catarinense incrementou sobremaneira o deslocamento de pessoas entre os municípios.

Em 1980, os deslocamentos para trabalho e/ou estudo envolveram aproximadamente 85 mil pessoas, pouco mais de 2% da população total do Estado, então 3.627.933 habitantes. Florianópolis era o principal destino, recebendo 36% dos fluxos. O segundo maior percentual de fluxos era em direção a Blumenau (10%), seguido de outros a Criciúma (6%), Itajaí (5%) e Joinville (3%). Ainda se destacaram como destino de mais mil pessoas São José, Balneário Camboriú, Brusque, Jaraguá do Sul, Timbó e Tubarão, todos na porção Leste do Estado, além de Joaçaba e Urussanga, no interior (Deschamps, 2009).

Nos 20 anos que se seguiram até o ano de 2000, esse movimento aumentou muito chegando a 226,8 mil pessoas, ou 4% dos 5.357.864 habitantes do Estado. Houve também uma dispersão de fluxos, envolvendo mais municípios com volumes significativos. Ainda que Florianópolis, São José, Itajaí, Criciúma e Blumenau permanecessem sendo aqueles que

receberam os maiores volumes, outros 25 municípios apresentaram fluxos de entrada acima de mil pessoas, 2/3 deles na porção Leste do Estado.

Em 2010 foi observado um incremento significativo no número de pessoas que saem regularmente de seu município para trabalho e/ou estudo em outro município, nos mais diversos pontos de Santa Catarina. Passaram a 578,4 mil pessoas, e destes 466,6 mil se deslocavam para algum município dentro do próprio Estado, ou seja, 80,7% do movimento de saída têm como destino outro município catarinense e apenas 19,3% se dirige a outra UF. Essa circulação interna envolve 7,5% da população total, implicando em um aumento de 106% em relação ao observado em 2000. Nos fluxos de entrada eram 516.597 pessoas, das quais, considerando os deslocamentos nacionais, 90,3% têm origem em algum município catarinense e apenas 9,7% vem de outras UFs (tabela 1).

Reafirmando a importância dos municípios da porção Leste Catarinense, tem-se que os pertencentes às RMs localizadas nesse espaço, que reúnem 68% da população total do Estado, são responsáveis por aproximadamente 75% dos fluxos, tanto de entrada como de saída, e mais de 50% desses fluxos envolve os 13 municípios das ACPs de Florianópolis e de Joinville.

TABELA 1 – FLUXOS PENDULARES DE ENTRADA E SAÍDA EM MUNICÍPIOS CATARINENSES - 2010

TIPO DE FLUXO	NÚMERO DE PESSOAS ⁽¹⁾	
	Entrada	Saída
Trabalho	336.589	393.714
Estudo	152.303	155.610
Trabalho e estudo	27.705	29.112
Total	516.597	578.437

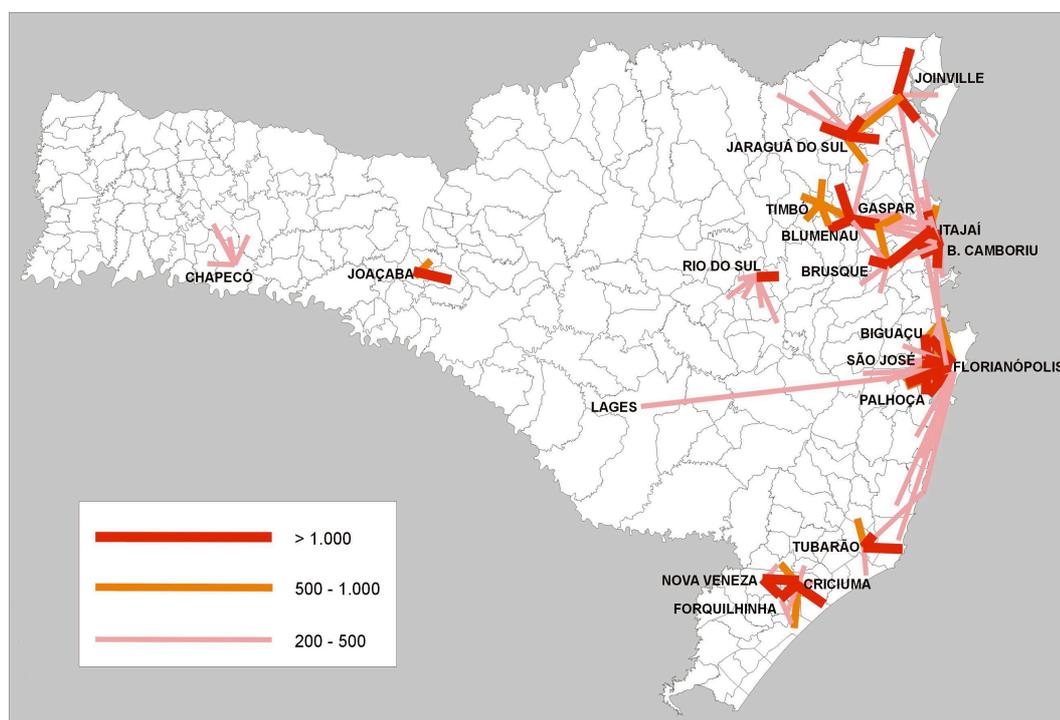
FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 2010

NOTA: (1) Pessoas de 10 anos ou mais de idade.

Os fluxos se adensaram e o número de municípios envolvidos também aumentou. Com entrada acima de 10 mil pessoas, além de Florianópolis, São José, Itajaí, Blumenau e Criciúma, aparecem os municípios de Balneário Camboriú, Jaraguá do Sul, Joinville, Palhoça e Tubarão, na porção leste, e no interior Joaçaba e Chapecó. Também em 2010 já eram 71 os municípios que recebiam fluxos acima de mil pessoas, sendo 48 pertencentes às RMs do Leste Catarinense, dispersos ao longo da extensão litorânea, em especial aqueles da porção

centro-norte, confirmando neste espaço um arranjo espacial com elevada mobilidade e comunicação. Nas quatro Regiões Metropolitanas deste recorte são observados os maiores fluxos intra-estaduais, tanto para trabalho como para estudo, ou seja, nos 67 municípios das RMs de Florianópolis, Foz do Itajaí, Vale do Itajaí e Norte/Nordeste Catarinense ocorriam 60% dos deslocamentos internos.

De modo geral, o tamanho e a direção dos fluxos obedecem ao papel desempenhado pelo município na economia e mercado de trabalho, na promoção de moradia e na oferta de atividades de comércio e serviços. Considerando esses elementos, tipologia



desenvolvida para captar as peculiaridades desses fluxos (Moura; Delgado; Costa, 2013) posiciona Florianópolis como o principal receptor em Santa Catarina, e São José como o principal evasor; ao mesmo tempo, estão eles também entre os maiores fluxos na direção oposta. Assim, Florianópolis e São José, seguidos por Itajaí, possuíam em 2010 os maiores fluxos de entrada para trabalho e/ou estudo (respectivamente, 86.724, 33.659 e 28.013), e outra vez São José e Florianópolis, seguidos de Palhoça, os maiores fluxos de saída para trabalho e/ou estudo (respectivamente, 57.234, 27.527 e 37.048). Outros municípios, tipificados como médios e pequenos, receptores, evasores e bidirecionais, completam um conjunto com extrema mobilidade, fundamentalmente na porção norte do Leste Catarinense.

Considerando somente os deslocamentos intra-estaduais que envolvem trabalho foram identificados 334.604 trabalhadores em fluxos pendulares saindo de um município

catarinense com destino a outro, concentrados na porção leste do Estado. Foram mapeados os fluxos que envolvem três mil ou mais trabalhadores (figura 5).

FIGURA 5 – PRINCIPAIS FLUXOS PENDULARES DE ORIGEM E DESTINO PARA TRABALHO – SANTA CATARINA – 2010
FONTE: IBGE – Censo Demográfico, 2010

Fica evidente a importância econômica da porção Leste Catarinense, apontando para a existência de alguns polos demandantes dessa mão de obra. O principal polo de onde emanam fluxos expressivos de origem e destino é Florianópolis, formando, com municípios vizinhos, circuitos constantes de pessoas em movimento entre trabalho e moradia. Outras duas áreas se sobressaem: a primeira, formando um espaço complexo de relações dinâmicas de oferta e demanda de mão de obra, se estende desde Balneário Camboriú até Blumenau, passando por Gaspar, Brusque e se alongando até Timbó. Interligado a estes, aparece Joinville e Jaraguá do Sul, em outra área em que estabelecem trocas importantes.

Em que pese haver trocas relevantes em outros espaços no Estado, a exemplo de Tubarão e Criciúma, é na porção norte do Leste Catarinense que ocorrem os fluxos mais significativos de pessoas, não só em torno dos polos, mas entre eles, também apontando para a existência de uma grande região economicamente dinâmica e demandante de mão de obra de um lado e, de outro uma legião de pessoas que residem mais distantes do seu local de trabalho, aparentemente por motivos que podem estar relacionados, tanto a uma dinâmica imobiliária excludente, como pela preferência por moradia em lugares aprazíveis, dada a beleza natural da região, aliada a uma infraestrutura viária que possibilita esta circulação.

Quanto às características das pessoas que se movimentam, pouco mais de 50% daqueles que entram em município localizado na RM de Florianópolis, e 42% dos que procuram os municípios da RM Foz do Itajaí, exercem atividade ligada ao setor Serviços, especialmente os de apoio à produção e de natureza pública. Na primeira, por sua função de capital administrativa, e na segunda, por sua importante atividade portuária. Já, aqueles que procuram algum município das RMs Vale do Itajaí, Norte/Nordeste Catarinense, Tubarão e Carbonífera se concentram em atividades ligadas à Indústria de Transformação. Essas atividades também têm papel importante entre aqueles que procuram os municípios da RM de Chapecó, provavelmente em função da demanda da agroindústria. Já para a RM de Lages o maior contingente desenvolve atividades agrícolas.

Algumas diferenças são observadas de acordo com a origem dos trabalhadores. Enquanto os com origem em Santa Catarina têm peso maior na Indústria de Transformação ou em Serviços, há grande concentração dos originados no Paraná em atividades na Indústria da Construção, especialmente aqueles que se dirigem para o Leste Catarinense, impulsionados pelo *boom* imobiliário dos balneários, como Balneário Camboriú, Itapema e Bombinhas. Por sua vez os originados no Rio Grande do Sul encontram-se melhor distribuídos nos diversos setores, no caso daqueles que se dirigem a alguma RM do Leste Catarinense, mas com diferencial importante entre os que se dirigem a outras áreas do Estado, onde se observa prevalência na Indústria de Transformação. Também a Construção Civil é alvo daqueles vindos de outras UFs.

Quanto aos rendimentos auferidos, a grande maioria dos que realizam movimentos pendulares possuem rendimento entre 1 e 3 salários mínimos (61,8%). Nos extremos, tem-se que nas RMs de Lages, Chapecó e nos demais municípios que não compõem RMs há parcela significativa de pessoas com rendimento abaixo de 1 salário mínimo, enquanto nas RMs de Florianópolis e Foz do Itajaí são observados os maiores percentuais daqueles com rendimento acima de 10 salários mínimos.

Também há diferenças no rendimento de acordo com a região de origem dos pendulares. A maior parcela dos que possuem rendimento abaixo de 1 salário mínimo se deslocam desde outros estados, particularmente daqueles mais distantes (25%), contra apenas 10% daqueles que residem em algum município catarinense. Do Paraná, essa parcela é de 19,4%, e do Rio Grande do Sul, de 18,7%. No entanto, é também dos estados mais distantes a maior parcela dos que possuem rendimento acima de 10 salários mínimos, 6,4% contra, em média, 3,8% dos estados vizinhos e 3,4% de Santa Catarina.

Quanto aos níveis de instrução, tem-se que 36,3% dessas pessoas possuem curso médio completo e superior incompleto e apenas 17,5% possui curso superior completo e 26,4% não possui instrução ou não terminaram o ensino fundamental.

CONCLUSÕES

Em relação ao conjunto analisado como Leste Catarinense, comprova-se sua importância demográfica, funcional, econômica e institucional no Estado, seu perfil concentrador e também a intensa mobilidade multidirecional entre seus municípios, sem definir um limite territorial preciso. Porém, registra-se uma dinâmica mais acentuada na

porção centro-norte do conjunto, destacando-se como áreas proeminentes nessa importância os municípios das RMs do Norte/Nordeste Catarinense, Foz do Itajaí, Vale do Itajaí e Florianópolis, com destaque aos integrantes das ACPs de Florianópolis e Joinville, assim como as demais centralidades dessas regiões. São eles os que mais concentram população, embora Santa Catarina mantenha em 2010 as características de uma população melhor distribuída no território e uma rede urbana equilibrada, sem predominância de metrópoles, mas estruturada a partir de um conjunto de capitais regionais e centros sub-regionais situados em todas as regiões do Estado.

A dinâmica econômica, que com base na atividade industrial e nos serviços comanda a inserção catarinense na divisão social do trabalho, também destaca esse subconjunto. Em seus municípios encontram-se as maiores participações no PIB nacional, os principais arrecadadores de ICMS, os maiores mercados de trabalho formal e as maiores elevações na oferta de empregos. A densidade de unidades e segmentos produtivos da indústria é notoriamente superior ao restante do Estado, exibindo uma diversidade setorial que garante a elevada participação de Santa Catarina no PIB da indústria nacional. É também elevada a densidade de instituições de ensino superior, assim como institutos de ciência e tecnologia, garantindo a pesquisa e a inovação exigidas pela modernização da economia.

Nessa porção centro-norte situam-se os principais portos e aeroportos catarinenses e a rede viária mais qualificada na conexão com o Sudeste brasileiro e países do Cone Sul. A ligação BR 101/BR 376 aponta ainda como resultado das inúmeras conexões a articulação do polo automotivo em constituição na ACP de Joinville com o polo automotivo do Paraná, situado em São José dos Pinhais.

É também nessa porção que se registra a mais elevada mobilidade pendular de pessoas para trabalho e/ou estudo em município que não o de residência, tanto em termos de pessoas envolvidas em fluxos, quanto de municípios participantes nessa comutação, o que aponta para uma forte articulação intermunicipal. Além de reproduzir movimentos periferia/polo/periferia, como ocorrem nas regiões mais adensadas do país, na porção centro-norte do Leste Catarinense se observa um movimento peculiar de troca intensa entre municípios mais distantes, tornando toda essa faixa do litoral norte um espaço de grande movimento cotidiano, que adquire características próprias. Entre outras peculiaridades, é significativo o número de pessoas com rendimentos acima de 10 salários mínimos, particularmente nas RMs de Florianópolis e Foz do Itajaí, e de que mais da metade dos que se

deslocam apenas para trabalho possuem curso médio completo, superior incompleto ou superior completo.

A principal ocupação daqueles que se deslocam confirma a regionalização descrita pela economia catarinense, desde os primórdios da ocupação do território, distinguindo as regiões industriais, de serviços ou ativadas pelo setor imobiliário, ao mesmo tempo em que reforça a citada “litoralização”, dado que na faixa litorânea, particularmente na porção centro-norte, e mais particularmente ainda nas ACPs de Florianópolis e Joinville, ocorrem os maiores volumes de fluxos. Mas, outros vetores conformam um espaço complexo de relações, expandindo a chamada faixa litorânea para porções cada vez mais distantes da linha da costa. Tentáculos dessa região urbana se estendem a partir de Florianópolis nas várias direções de sua aglomeração urbana adensada, assim como entre Balneário Camboriú e Navegantes a Blumenau e Brusque, alongando-se em direção a Timbó, ou de Joinville, adensando e expandindo sua própria aglomeração, interligando-a a Jaraguá do Sul e à ocupação contínua do litoral paranaense, em estreitas conexões e trocas.

Por essas características, confirma-se a existência na porção centro-norte do Leste Catarinense de um importante arranjo espacial de natureza urbano-regional, dada sua centralidade na inserção do Estado e região na divisão social do trabalho, com vetores de expansão em direção ao sul do Estado. Tal arranjo ressalta a pertinência de configurações descritas pela teoria especializada, pois mais que um eixo que acompanha a BR 101, é inegável que nessa porção do território catarinense se conforma uma extensa região urbana polinucleada.

Vislumbra-se, ainda, a articulação desse arranjo urbano-regional, com o arranjo urbano-regional de Curitiba, pois além da região de influência dessa metrópole sobre parte da rede urbana catarinense, há uma complementaridade funcional e produtiva, que se torna ainda mais nítida com a expansão do setor automotivo na aglomeração de Joinville. Ademais, é comprovadamente significativo o fluxo pendular que rompe os limites político-administrativos dos dois estados. De modo inegável, a mobilidade pendular da população para trabalho e/ou estudo, que por sua vez induz outras motivações de deslocamento, é o elemento fundamental à rede de articulações exigidas pela unidade espacial. A trama e a densidade dos deslocamentos dão ao arranjo as características de uma grande região urbana, articulada por uma rede de fina tecitura, em movimento, que garante o conteúdo e o desenvolvimento de uma economia relativamente robusta e com extensa influência regional.

REFERÊNCIAS

- BRENNER, N. Introduction: urban theory without an outside. In: BRENNER, N. (Ed.). *Implosions/explosions. Towards a study of planetary urbanization*. Berlin: Jovis, p.14-32, 2013.
- CERDAN, C. M. T.; POLICARPO, M. A. Sinergias e conflitos entre dinâmicas territoriais de desenvolvimento no litoral do estado de Santa Catarina. *INTERthesis – Revista Internacional Interdisciplinar – PPGICH*, vol. 10, nº 2. Florianópolis: UFSC, 2013.
- DE MATTOS, C. A. *Gobernanza neoliberal, financiarización y metamorfosis urbana en el siglo XXI*. Ponencia presentada en el XIII Seminario Internacional de la Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio. Salvador, 1 a 4 de setembro de 2014. [não publicado]
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES (DNIT). *Plano Nacional de Viação (PNV/2011)*. Brasília: 2011. Disponível em: <https://gestao.dnit.gov.br/planonacional-de-viacao>.
- DESCHAMPS, M. V. Análise dos movimentos pendulares nos municípios de Santa Catarina: uma abordagem regional. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.116, p.195-216, jan./jun. 2009. p.195-226.
- DIAS, L.C.D. A importância das redes para uma nova regionalização brasileira: nota para discussão. In: LIMONAD, E. et al. (org). *Brasil século XXI: por uma nova regionalização?* São Paulo: Max Limonad, 2004.
- FAVARETTO, A. *A paisagem e a estrada: estudo do trecho norte da rodovia BR-101 em Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.
- FIESC. Federação da Indústria do Estado de Santa Catarina. *Desempenho e Perspectivas da Indústria Catarinense*. Florianópolis, v.11, 2011, 56p.
- FIESC. Federação da Indústria do Estado de Santa Catarina. *Desindustrialização em Santa Catarina*. Florianópolis, 2012.
- FIESC. Federação da Indústria do Estado de Santa Catarina. *Santa Catarina em dados*. Florianópolis: FIESC, 2008.
- FIESC. Federação da Indústria do Estado de Santa Catarina. *Santa Catarina em dados*. Florianópolis: FIESC, 2013.
- GEIGER, P.P. Refletindo sobre a regionalização no Brasil e a hipótese da cidade/região global: um ensaio. *Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR*. Rio de Janeiro. ANPUR, 2001, v. III, p.1745-1762.
- INSTITUTO JOURDAN. *Comportamento das admissões e demissões em Jaraguá do Sul no ano de 2013*. Nota Técnica 0019-V3-2014. Jaraguá do Sul, 2014.
- LENCIONI, S. Da cidade e sua região à cidade-região. In: SILVA, J.B.da; LIMA, L.C.; ELIAS, D. (Orgs.) *Panorama da geografia brasileira*. São Paulo: Annablume, 2006.
- LENCIONI, S. Referências analíticas para a discussão da metamorfose metropolitana. In: LENCIONI, S.; VIDAL-KOPPMANN, S.; HIDALGO, R.; PEREIRA, P.C.X. (Orgs.)

Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago. São Paulo: FAUUSP, 2011.

MIOTO, B. T. As migrações internas em Santa Catarina no período 2000-2007. III Encontro de Economia Catarinense. Economia Solidária. Blumenau, 23 a 25 de abril de 2009. Disponível em: www.apec.unesc.net/III%20EEC/sessoes.../Demografia/Artigo%201.doc

MOURA, R.; DELGADO, P.R.; COSTA, M.A. Movimento pendular e políticas públicas: algumas possibilidades inspiradas numa tipologia dos municípios brasileiros. In BOUERI, R.; COSTA, M.A. (ed.) *Brasil em Desenvolvimento 2013*. Estado, planejamento e políticas públicas, vol. 3, cap. 22. Brasília: Ipea, 2013.

MOURA, R.; LIRA, S.A. Aplicação da análise exploratória espacial na identificação de configurações territoriais. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, jun 2011, vol.28, n.1, p.153-168.

SANTA CATARINA. Secretaria do Estado da Indústria do Comércio e do Turismo. *Santa Catarina Estado onde Investir*. Coordenadoria de Desenvolvimento Industrial, Florianópolis, 1990, 160 p.

SANTOS, M. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SEABRA, F.; BEZ, R.; BORNSCHEIN, F.C. O efeito litoralização e a distribuição regional de renda e de população em Santa Catarina. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.32, n.1, p.197-216, jun 2011.

SIEBERT, C.A.F. Reorganização do Espaço Regional: Especialização e Diversificação Produtiva em Santa Catarina. XIV Encontro Nacional da ANPUR. *Anais...* Rio de Janeiro, 23 a 27 de maio de 2011.

SIEBERT, C.F. *Indústria e Estado: a reestruturação produtiva e o reordenamento territorial do Médio Vale do Itajaí*. Tese (Doutorado), UFSC. Florianópolis, 2006.